



ESTATUTO SOCIAL

**COOPEIMASUL, Cooperativa Estadual Indígena
de Mato Grosso do Sul**

Povos indígenas de Mato Grosso do Sul | Sede: Campo Grande, MS

COOPEIMASUL

Cooperativa Estadual Indígena de Mato Grosso do Sul

Gestão Lisio Lili



Elaboração institucional
Instituto Cacique Enir Terena (ICET)
VERTTI Consultoria

VERTTI
CONSULTING

ESTATUTO SOCIAL

COOPEIMASUL, COOPERATIVA ESTADUAL INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL

Povos indígenas de Mato Grosso do Sul | Sede: Campo Grande, Mato Grosso do Sul

A COOPEIMASUL, COOPERATIVA ESTADUAL INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL, de responsabilidade limitada e natureza civil, sem fins lucrativos, constituída pelos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, reunida em Assembleia Geral de Constituição, aprova o presente Estatuto Social que a regerá integralmente nos termos seguintes.

CAPÍTULO I, DA DENOMINAÇÃO, SEDE, SIGLA, PRAZO E ANO SOCIAL

Art. 1º. Sob a denominação de COOPEIMASUL, COOPERATIVA ESTADUAL INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL, doravante Cooperativa, constitui-se sociedade cooperativa singular de responsabilidade limitada, de natureza civil e sem fins lucrativos, regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, pelos arts. 1.093 a 1.109 do Código Civil, pela legislação indigenista aplicável, pelos princípios e valores do cooperativismo e por este Estatuto.

Parágrafo único. A Cooperativa não se sujeita a falência e responde por suas obrigações com o patrimônio social, nos limites da responsabilidade dos cooperados fixada no Capítulo VIII.

Art. 2º. A Cooperativa tem sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, podendo instalar filiais, unidades de beneficiamento, postos de comercialização e escritórios de representação em aldeias, municípios e demais localidades do Estado, por deliberação do Conselho de Administração, sem necessidade de alteração estatutária.

§1º Causas que envolvam direitos e interesses indígenas serão processadas na Justiça Federal, nos termos do art. 109, XI, da Constituição Federal. Para as demais questões, é competente o foro de Campo Grande/MS.

§2º A sigla COOPEIMASUL é de uso exclusivo da Cooperativa. Terceiros que a utilizem sem autorização serão notificados e poderão ser responsabilizados judicialmente.

Art. 3º. O prazo de duração é indeterminado. O ano social corresponde ao ano civil, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

CAPÍTULO II, DOS FUNDAMENTOS

Art. 4º. A Cooperativa funda-se nos princípios cooperativistas da Aliança Cooperativa Internacional: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade.

Art. 5º. A Cooperativa reconhece e se vincula:

I, aos direitos dos povos indígenas previstos nos arts. 231 e 232 da Constituição Federal, especialmente o direito à organização social própria, às terras originariamente ocupadas e à legitimidade para defender seus interesses em juízo;

II, à Convenção nº 169 da OIT (Decreto nº 5.051/2004), que assegura aos povos indígenas o direito de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento econômico e de fortalecer suas instituições e atividades econômicas tradicionais;

III, à Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas (2007), em especial o direito à autodeterminação econômica e ao desenvolvimento de sistemas e instituições econômicas próprios;

IV, à Lei nº 13.123/2015 (Marco da Biodiversidade) e ao Protocolo de Nagoia, no que concerne à proteção do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, às sementes crioulas e aos recursos biológicos do território indígena.

Art. 6º. Os cooperados indígenas têm plena capacidade civil para todos os atos previstos neste Estatuto (voto, candidatura, subscrição de quotas-partes, assinatura de contratos e representação da Cooperativa), não se aplicando o regime tutelar de incapacidade da Lei nº 6.001/1973, superado pela ordem constitucional de 1988 e pela Convenção nº 169 da OIT.

Parágrafo único. Este artigo não afasta as proteções territoriais da Lei nº 6.001/1973: a inalienabilidade e a impenhorabilidade das terras indígenas e a vedação de arrendamento ou uso por não indígenas, que a Cooperativa se obriga a respeitar integralmente em todas as suas operações.

CAPÍTULO III, DO OBJETO SOCIAL

§ PRIMEIRA PARTE, AGRICULTURA

Art. 7º. A Cooperativa tem por objeto social a organização, o fomento e a execução das seguintes atividades econômicas, em todas as escalas e modalidades de produção, beneficiamento e comercialização:

I, agricultura em todas as suas modalidades e portes, compreendendo:

- a) culturas anuais e semiperenes: mandioca, milho, feijão, arroz, soja, sorgo, girassol, amendoim, gergelim, algodão, cana-de-açúcar e demais culturas de grãos e fibras adaptadas ao território;
- b) horticultura, olericultura e cultivo protegido: produção de hortaliças, legumes, temperos e plantas aromáticas em campo aberto e em ambiente controlado (estufas, irrigação localizada e hidroponia), incluindo produção orgânica e biodinâmica certificada;
- c) fruticultura tropical e subtropical: produção de frutas nativas (baru, caju, cumbaru, guavira, bocaiuva, acerola, uvaia e demais espécies do Cerrado) e frutas exóticas adaptadas, com aproveitamento integral dos frutos em polpas, doces, licores e subprodutos;
- d) silvicultura e sistemas agroflorestais: implantação e manejo de florestas nativas e exóticas para produção de madeira, lenha, carvão vegetal e produtos não madeireiros, e integração de espécies florestais com culturas agrícolas e pastagens (sistemas SAF, ILPF e ILPFL);
- e) plantas medicinais, fitoterápicas e condimentares: cultivo, coleta, secagem, processamento primário e comercialização de espécies com uso terapêutico ou gastronômico, com respeito ao conhecimento tradicional associado e às normas da ANVISA e do Ministério da Saúde;
- f) sementes crioulas e banco de germoplasma: conservação, multiplicação, troca e comercialização de sementes e mudas de variedades tradicionais e locais, observado o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM) instituído pela Lei nº 10.711/2003, sendo a Cooperativa e seus cooperados isentos da inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM) e no Registro Nacional de Cultivares (RNC) para a troca e a comercialização de sementes e mudas de variedades locais, tradicionais ou crioulas entre cooperados, comunidades indígenas e demais integrantes da agricultura familiar (Lei nº 10.711/2003, art. 8º, § 3º, e art. 11, § 6º), tornando-se exigível a inscrição no RENASEM apenas quando a comercialização se destinar a terceiros estranhos a esse universo;
- g) produção orgânica certificada e agroecológica: obtenção e manutenção de certificação orgânica participativa ou por auditoria de terceira parte, com acesso a mercados diferenciados e sobretaxa sobre o preço convencional;

§ SEGUNDA PARTE, PECUÁRIA

II, pecuária em todas as suas espécies, sistemas produtivos e portes, compreendendo:

- a) bovinocultura de corte e de leite, em sistemas extensivo, semi-intensivo e intensivo, incluindo confinamento, terminação e recria, e produção de bezerros para abastecimento de outros cooperados;
- b) suinocultura em ciclo completo ou parcial (cria, recria e terminação), com aproveitamento de dejetos para biogás e biofertilizante;
- c) avicultura de corte e de postura, em sistema caipira, colonial ou convencional, com abate e processamento próprios quando a escala justificar;
- d) ovinocultura e caprinocultura para produção de carne, leite e lã, com aproveitamento de peles e subprodutos;

- e) apicultura e meliponicultura (criação de abelhas nativas sem ferrão), com produção de mel, própolis, cera, geleia real e pólen, e prestação de serviços de polinização a outros produtores;
- f) piscicultura e aquicultura em tanques escavados, tanques-rede e açudes, com as espécies nativas e exóticas autorizadas pela legislação ambiental (tilápia, tambaqui, pacu, pintado, curimatá e outras);
- g) cunicultura, coturnicultura, ranicultura e demais criações de pequenos animais para subsistência e comercialização;
- h) pecuária leiteira com processamento local: produção artesanal de queijo, requeijão, iogurte, doce de leite e derivados, mediante habilitação nos serviços de inspeção sanitária municipal (SIM), estadual (SIE) ou federal (SIF) conforme o mercado de destino;

§ TERCEIRA PARTE, AGROINDÚSTRIA E BENEFICIAMENTO

III, agroindústria e beneficiamento da produção própria dos cooperados, compreendendo:

- a) unidades coletivas de beneficiamento de grãos (secagem, limpeza, classificação, armazenagem e ensacamento);
- b) abatedouro comunitário e frigorífico artesanal para abate de bovinos, suínos, ovinos e aves, com registro nos órgãos sanitários competentes;
- c) processamento de frutas, hortaliças e mandioca: produção de polpas, conservas, geleias, farinhas, féculas, amido e outros derivados;
- d) extração e processamento de óleos vegetais nativos: babaçu, bocaiuva, baru, pequi e outras oleaginosas do Cerrado, com aproveitamento integral da amêndoa e do mesocarpo;
- e) produção de cachaça artesanal, vinagre, fermentados e outras bebidas derivadas de cana-de-açúcar e frutas, observadas as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- f) panificação, confeitaria e gastronomia típica indígena para venda direta e para o canal de agroturismo;

§ QUARTA PARTE, AGROTURISMO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

IV, agroturismo, turismo rural e ecoturismo de base comunitária, compreendendo:

- a) hospedagem rural em propriedades indígenas (pousadas, chalés e acampamentos comunitários), observadas as normas de turismo rural do Ministério do Turismo;
- b) gastronomia típica indígena: restaurantes, cantinas e experiências gastronômicas com ingredientes produzidos pelos cooperados e receitas tradicionais do povo;
- c) vivências agropecuárias: visitação orientada às áreas de produção (lavouras, pastagens, pomares, apiários, viveiros, tanques de piscicultura), com explicação didática dos processos produtivos;
- d) rotas culturais, trilhas ecológicas e educação ambiental: condução de grupos pela paisagem do território, com narrativas sobre história, cosmologia, plantas medicinais e manejo tradicional dos recursos naturais;
- e) feiras, festivais e eventos culturais: organização e apoio a feiras de produtos agroecológicos e artesanais, festividades culturais e celebrações tradicionais do povo, com venda de produtos da Cooperativa;
- f) produção de artesanato, cerâmica, cestaria, plumária, têxteis e demais expressões culturais materiais do povo, para venda direta nos pontos de agroturismo e em canais de comércio justo;

§ QUINTA PARTE, EXTRATIVISMO VEGETAL E MINERAL

V, extrativismo vegetal e aproveitamento sustentável dos recursos minerais do território, compreendendo:

- a) extração, coleta, beneficiamento e comercialização de produtos florestais não madeireiros: frutos, sementes, óleos, resinas, borracha, cipós, palhas, fibras e outros produtos do Cerrado e de matas nativas do território, sem prejuízo do manejo sustentável e da reposição das espécies exploradas;
- b) aproveitamento direto e exclusivo, pelos próprios cooperados, das riquezas do SOLO de ocorrência no território indígena (argila, areia, cascalho, seixo e, quando de ocorrência superficial, quartzo, calcário e pedras semipreciosas), mediante garimpagem, fiação e cata, na forma do art. 44 da Lei nº 6.001/1973, recepcionado pela ordem constitucional vigente e distinto, para todos os efeitos, da pesquisa e lavra do subsolo de que trata a alínea "d" deste inciso. O aproveitamento de que trata esta alínea restringe-se ao proveito da própria comunidade, sendo absolutamente vedada, sob qualquer forma (inclusive mediante prestação de serviços, parceria, fornecimento de maquinário ou arrendamento), a associação da Cooperativa ou de qualquer cooperado com garimpeiros, empresas ou terceiros não indígenas para a extração das riquezas referidas nesta alínea, sujeitando-se o cooperado responsável ao procedimento disciplinar do art. 15, sem prejuízo da comunicação do fato à FUNAI e às demais autoridades competentes;
- c) beneficiamento artesanal do material obtido na forma da alínea "b": produção de cerâmica utilitária e artística (vasos, telhas, tijolos, objetos decorativos e peças de arte) e de lapidados e joias artesanais em pedras semipreciosas, com uso de técnicas tradicionais do povo;
- d) pesquisa e lavra de recursos minerais do SUBSOLO em escala que exceda o aproveitamento direto referido na alínea "b", nos termos do art. 45 da Lei nº 6.001/1973 e do art. 231, §3º, da Constituição Federal. O exercício desta atividade pela Cooperativa fica, desde a aprovação deste Estatuto e independentemente de futura reforma estatutária, submetido à condição suspensiva consistente na superveniência cumulativa de: 1. autorização específica do Congresso Nacional para a lavra na área concreta do território, ouvidas as comunidades afetadas, na forma do art. 231, §3º, da Constituição Federal; 2. legislação complementar disciplinando o procedimento de que trata o dispositivo constitucional citado, atualmente pendente de edição; 3. registro, licenciamento ou outorga do respectivo título minerário perante a Agência Nacional de Mineração (ANM), na

forma da legislação minerária então aplicável; e 4. aprovação prévia da Assembleia Geral, por 2/3 dos presentes, e oitiva do Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais, na forma dos arts. 34 e 50 deste Estatuto. Verificadas cumulativamente as condições acima, a Cooperativa atuará como instrumento de organização econômica e de representação dos cooperados na atividade autorizada, assegurada à comunidade a integralidade da participação nos resultados da lavra a que se refere o art. 231, §3º, da Constituição Federal, vedada a cessão dessa participação a terceiros;

e) a eficácia das alíneas "b" a "d" deste inciso sujeita-se, ainda, à condição resolutiva de superveniência de norma federal que vede expressa e especificamente a atividade nelas prevista, hipótese em que a respectiva alínea perde eficácia de pleno direito, independentemente de deliberação da Assembleia Geral ou de alteração formal deste Estatuto, cumprindo à Diretoria Executiva unicamente dar publicidade do fato aos cooperados na Assembleia Geral seguinte;

f) produção de carvão vegetal certificado a partir de espécies exóticas invasoras ou de florestas plantadas fora do território indígena ou em áreas já convertidas, contribuindo para a restauração de áreas degradadas e gerando renda adicional;

§ SEXTA PARTE, BIOTECNOLOGIA APLICADA

VI, biotecnologia e atividades a ela relacionadas, compreendendo:

- a) pesquisa, desenvolvimento e produção de bioinsumos agropecuários: biofertilizantes, biopesticidas, fungicidas biológicos, nematicidas biológicos e inoculantes à base de micro-organismos nativos do solo do território, para uso próprio e comercialização a terceiros;
- b) produção de mudas por técnicas convencionais (estaquia, alporquia, enxertia) e biotecnológicas (micropropagação e cultura de tecidos), com ênfase em espécies nativas do Cerrado, fruteiras tropicais e plantas medicinais;
- c) desenvolvimento e comercialização de fitoterápicos, cosméticos naturais, nutracêuticos e suplementos alimentares à base de plantas medicinais e recursos biológicos do território, em conformidade com as normas da ANVISA e observado o regime de acesso e repartição de benefícios da Lei nº 13.123/2015;
- d) bioprospecção sustentável: inventário, documentação e pesquisa de aplicações industriais, farmacêuticas e alimentares de espécies vegetais, fungos, micro-organismos e organismos aquáticos do território, mediante cadastro no SisGen e celebração de acordos formais de repartição de benefícios com a comunidade;
- e) processamento biotecnológico de alimentos tradicionais: fermentação, enzimologia e outros processos biotecnológicos aplicados à produção de bebidas fermentadas, vinagres, queijos, embutidos e derivados de mel, gerando produtos com maior valor agregado e rastreabilidade de origem;
- f) conservação ex situ de germoplasma: manutenção de banco de sementes crioulas, de pólen e de explantes de espécies nativas e variedades tradicionais do povo, em parceria com universidades e instituições de pesquisa, assegurada a propriedade coletiva do material genético pela comunidade;
- g) biogás e bioenergia: aproveitamento energético dos dejetos de animais, de resíduos agroindustriais e de biomassa excedente, por digestão anaeróbica (biodigestores), geração de energia elétrica e produção de biometano e biofertilizante líquido;
- h) parceria com universidades (UFMS, UEMS, IFMS, Embrapa, FIOCRUZ e similares) para pesquisa aplicada à cadeia produtiva da Cooperativa, com cláusula de retorno dos resultados e de participação da comunidade nos benefícios gerados por eventuais patentes ou registros de cultivar derivados do conhecimento tradicional;

§ SÉTIMA PARTE, COMERCIALIZAÇÃO, MÁQUINAS E SERVIÇOS

VII, comercialização coletiva da produção, aquisição de insumos e serviços de apoio, compreendendo:

- a) venda de produtos para mercados institucionais: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), compras governamentais e chamadas públicas de órgãos federais, estaduais e municipais;
- b) acesso a canais de comércio justo nacional e internacional, lojas online, plataformas de e-commerce, feiras especializadas e exportação direta;
- c) requerimento, titularidade e gestão de Indicações Geográficas (indicação de procedência e denominação de origem), Marcas Coletivas e demais registros de propriedade industrial perante o INPI, em benefício de todos os cooperados;
- d) aquisição coletiva de insumos agropecuários (sementes, fertilizantes, corretivos, defensivos, medicamentos veterinários, ração e embalagens) e de bens de capital (máquinas, implementos, equipamentos de irrigação, tanques, silos e veículos de transporte), com uso compartilhado e custeio proporcional;

e) prestação de serviços mecanizados (preparo de solo, plantio, tratos culturais e colheita) e de transporte da produção a outros cooperados, mediante tabela de preços aprovada pelo Conselho de Administração;

f) prestação de assistência técnica, extensão rural e capacitação, diretamente ou mediante parcerias com entidades especializadas (EMBRAPA, SENAR, SEBRAE, universidades e institutos federais, FUNAI e SESA);

VIII, defesa coletiva de direitos sociais, territoriais, culturais e econômicos do(s) povo(s) constituinte(s), inclusive por via judicial;

IX, celebração de parcerias, convênios e contratos com órgãos públicos, organismos internacionais, universidades, institutos de pesquisa e entidades privadas, observado o art. 46.

§1º A Cooperativa desenvolverá preferencialmente as atividades listadas nos incisos I a VI de forma integrada, valorizando os sistemas que combinam agricultura, pecuária, agroindústria, agroturismo, extrativismo e biotecnologia, maximizando o aproveitamento da terra, da mão de obra familiar e dos recursos naturais do território.

§2º É vedada qualquer parceria que implique cessão, arrendamento, comodato ou exploração de terra indígena por não indígena, nos termos do art. 18 da Lei nº 6.001/1973. O acesso de terceiros ao território para fins de pesquisa ou aproveitamento de recursos depende de autorização prévia da Assembleia Geral e dos órgãos competentes.

§3º Toda nova atividade relevante não prevista neste artigo dependerá de aprovação prévia da Assembleia Geral e de oitiva do Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais.

§4º Não obstante a amplitude do objeto social descrito neste artigo, a Cooperativa priorizará operacionalmente, nos seus primeiros exercícios, o número de atividades definido no projeto âncora de que trata o art. 59, parágrafo único, evitando a dispersão de gestão, de licenciamento e de capacitação técnica entre frentes de trabalho simultâneas.

CAPÍTULO IV, DO QUADRO SOCIAL

Art. 8º. Pode associar-se à Cooperativa toda pessoa indígena pertencente a qualquer dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, com 16 (dezesesseis) anos ou mais, ou emancipada, que exerça ou pretenda exercer qualquer das atividades previstas no art. 7º, aceite este Estatuto por escrito e integralize ao menos uma quota-parte do capital social, na quantidade mínima fixada no art. 21-A.

§1º Cooperados indígenas residentes em áreas urbanas (como Campo Grande e outros municípios de MS) têm os mesmos direitos e obrigações dos demais, incluindo voto e elegibilidade a todos os cargos.

§2º Excepcionalmente, mediante deliberação de 2/3 dos cooperados presentes em Assembleia, pode ser admitida pessoa física não indígena com conhecimento técnico especializado em alguma das atividades do art. 7º (especialmente biotecnologia, agroindústria ou agroturismo), limitada a 1/5 do quadro social total, vedado o acesso ao cargo de Presidente e ao Conselho Fiscal.

§3º A Cooperativa priorizará a adesão de jovens indígenas com formação técnica ou universitária nas áreas de ciências agrárias, biologia, biotecnologia, turismo, tecnologia de alimentos e áreas afins, como estratégia de renovação geracional da liderança técnica.

§4º O cooperado com idade entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos, relativamente incapaz nos termos do Código Civil, exerce os direitos de que trata este Estatuto com a assistência legalmente exigida para os atos que dela dependam, e não pode ocupar cargo no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva ou no Conselho Fiscal, sem prejuízo de sua participação no Programa de Jovem Cooperativista de que trata o Regimento Interno.

§5º A comprovação do pertencimento étnico-indígena de que trata o caput faz-se por Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) ou documento equivalente emitido pela FUNAI, por Carteira de Identidade (RG) ou certidão de nascimento ou casamento que contenham a indicação da etnia ou da condição indígena, ou, na falta de qualquer desses, por declaração da liderança da aldeia, comunidade ou associação indígena a que o requerente pertença, na forma detalhada pelo Regimento Interno.

Art. 8º-A. O número mínimo de cooperados necessário para a constituição e o funcionamento regular da Cooperativa é de 20 (vinte), suficiente para compor os órgãos sociais previstos neste Estatuto. Reduzido o quadro social a número inferior a esse mínimo, aplica-se o disposto no art. 54.

Art. 9º. O pedido de admissão é encaminhado ao Conselho de Administração, que decide em 30 (trinta) dias. O indeferimento deve ser fundamentado e comporta recurso à Assembleia Geral.

Art. 10. O ingresso é livre e voluntário para quem preencha os requisitos deste Estatuto. É vedada qualquer discriminação por aldeia, gênero, geração, grau de escolaridade ou nível de integração com a sociedade não indígena.

CAPÍTULO V, DOS DIREITOS E DEVERES DOS COOPERADOS

Art. 11. São direitos do cooperado:

- I, votar e ser votado em Assembleia Geral, com um voto por cooperado, independentemente do número de quotas-partes;
- II, participar de todas as operações e serviços da Cooperativa em igualdade de condições;
- III, ter acesso às demonstrações financeiras anuais e ao balancete semestral simplificado, em formato acessível e, quando solicitado, na língua do povo;

IV, solicitar ao Conselho Fiscal a exibição de livros e documentos da Cooperativa, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

V, recorrer à Assembleia Geral de qualquer decisão dos órgãos de administração, no prazo de 30 (trinta) dias;

VI, participar dos programas de assistência técnica, capacitação e educação cooperativa mantidos pela Cooperativa;

VII, acessar o parque de máquinas e implementos de uso coletivo nas condições e prioridades fixadas em Regimento Interno.

Art. 12. São deveres do cooperado:

I, dar preferência à Cooperativa para a comercialização de sua produção e para a aquisição de insumos e serviços, na forma do Capítulo VII;

II, integralizar as quotas-partes subscritas e contribuir para a cobertura das despesas sociais;

III, zelar pelo patrimônio, pelas máquinas de uso coletivo e pelo bom nome da Cooperativa;

IV, participar das Assembleias Gerais e das demais instâncias de gestão democrática;

V, cumprir as normas deste Estatuto, do Regimento Interno e as deliberações da Assembleia Geral;

VI, prestar contas ao Conselho de Administração sobre recursos, projetos e bens recebidos da Cooperativa para uso em sua unidade produtiva.

Art. 13. O cooperado responde pelos compromissos da Cooperativa até o valor de suas quotas-partes subscritas e ainda não integralizadas, cessando essa responsabilidade a partir da aprovação, pela Assembleia Geral, das contas do exercício em que se deu o desligamento do quadro social, nos termos do art. 36 da Lei nº 5.764/1971.

CAPÍTULO VI, DA SAÍDA DO QUADRO SOCIAL

Art. 14. A retirada voluntária se dá por pedido escrito ao Conselho de Administração, com efeito a partir do registro no Livro de Matrícula.

Art. 15. A eliminação é decretada pelo Conselho de Administração, por decisão fundamentada, com garantia de contraditório e ampla defesa, e cabimento de recurso à Assembleia Geral, no prazo de 30 (trinta) dias, com efeito suspensivo.

Parágrafo único. Constituem hipóteses de eliminação, entre outras: desvio comprovado de recursos ou bens da Cooperativa; venda extracooperativa reiterada e injustificada que prejudique os demais cooperados; uso inadequado ou negligente de máquinas e equipamentos coletivos; e impedimento reiterado ao trabalho dos órgãos de fiscalização.

Art. 16. A exclusão de pleno direito ocorre por morte, incapacidade civil permanente, dissolução de pessoa jurídica associada ou perda definitiva das condições de admissão.

Parágrafo único. Em caso de falecimento do cooperado, a Diretoria Executiva comunicará o fato aos seus sucessores legais, a quem cabe o direito à restituição de que trata o art. 17. Os sucessores indígenas que preencham os requisitos do art. 8º têm prioridade de análise perante o Conselho de Administração caso desejem ingressar como novos cooperados.

Art. 17. Em qualquer hipótese de saída, o cooperado tem direito à restituição do capital integralizado corrigido monetariamente, deduzidas perdas que lhe sejam imputáveis. Não há participação sobre o Fundo de Reserva, o FATES, a Reserva de Segurança nem o Fundo de Reserva para Equipamentos.

Parágrafo único. No caso de falecimento, a restituição prevista no caput é paga aos sucessores legais do cooperado, mediante apresentação de certidão de óbito e de documento que comprove a sucessão, no prazo de até 90 (noventa) dias contado do requerimento.

CAPÍTULO VII, DA FIDELIDADE COOPERATIVA

Art. 18. O cooperado dá preferência à Cooperativa para comercializar sua produção agropecuária, extrativista, mineral, biotecnológica e cultural, e para adquirir insumos, máquinas e serviços, quando a Cooperativa oferecer condições de preço, prazo e qualidade comparáveis ao mercado local.

§1º Esta preferência não é exclusividade absoluta: o cooperado pode vender diretamente em feiras, mercados locais, eventos culturais e comércio justo, comunicando ao Conselho de Administração. A venda extracooperativa sistemática que comprovadamente prejudique a viabilidade do grupo sujeita o cooperado ao processo disciplinar do art. 15, após diálogo e tentativa de acordo.

§2º A Cooperativa buscará tornar sua oferta de serviços concretamente mais vantajosa que a comercialização individual, por meio de: melhores preços de insumos pela compra em volume; acesso ao parque de máquinas coletivo; comercialização com selos orgânicos e indicações geográficas que agreguem valor; e acesso ao PAA, PNAE e outros mercados institucionais que exigem escala.

Art. 19. O Regimento Interno detalhará as condições de comercialização coletiva por atividade (culturas anuais, pecuária, produtos da agroindústria, minerais, produtos de biotecnologia e serviços de agroturismo), a tabela de preços de referência e os critérios de distribuição dos resultados por cooperado, de forma simples e compreensível.

CAPÍTULO VIII, DO CAPITAL SOCIAL

Art. 20. O capital social é variável, representado por quotas-partes nominativas, indivisíveis e intransferíveis a não cooperados.

Art. 21. Nenhum cooperado pode deter mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes.

Art. 21-A. O valor unitário da quota-parte é de R\$ 50,00 (cinquenta reais), respeitado o teto de valor máximo correspondente ao maior salário mínimo vigente no País, na forma do art. 24 da Lei nº 5.764/1971. Cada cooperado subscreve, por ocasião de sua admissão, no mínimo 10 (dez) quotas-partes, correspondentes a R\$ 500,00 (quinhentos reais), podendo subscrever quantidade superior, observado o limite do art. 21.

Parágrafo único. O valor unitário da quota-parte e a quantidade mínima de subscrição podem ser revistos pela Assembleia Geral Ordinária, à vista do crescimento do quadro social e das operações da Cooperativa.

Art. 22. A integralização pode ser feita em moeda corrente, em bens avaliados pela Assembleia Geral (incluindo máquinas, animais, estoques de insumos e equipamentos de biotecnologia) ou por desconto sobre as sobras distribuídas. É vedada a integralização com terras ou direitos sobre recursos do território indígena.

Parágrafo único. A integralização das quotas-partes subscritas por ocasião da constituição da Cooperativa pode ser parcelada em até 12 (doze) parcelas mensais, contadas da data da Assembleia Geral de Constituição, conforme plano aprovado pelo Conselho de Administração, não sendo exigível o pagamento integral no ato de fundação.

CAPÍTULO IX, DA GESTÃO FINANCEIRA PROPORCIONAL

Art. 23. A Cooperativa adota modelo de gestão financeira proporcional ao seu porte, que se torna progressivamente mais robusto conforme crescem as operações, sem impor, além do legalmente exigido, burocracia que inviabilize o início das atividades.

Art. 24. A Cooperativa manterá, desde o início de suas atividades, escrituração contábil regular, sob responsabilidade de contabilista habilitado, na forma da Lei nº 5.764/1971 e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às sociedades cooperativas, incluindo os livros, declarações e escriturações digitais exigíveis pela legislação tributária federal. Complementarmente à escrituração formal, a Cooperativa adotará:

I, registro de controle interno por atividade produtiva (agricultura, pecuária, agroindústria, agroturismo, extrativismo, mineral e biotecnologia), mantido pelo Tesoureiro ou por membro designado, como ferramenta gerencial complementar à escrituração contábil, e não em substituição a ela;

II, conta bancária única ou em instituição de pagamento digital na fase inicial, com separação contábil entre recursos comerciais e recursos de projetos sociais;

III, emissão de nota fiscal ou documento fiscal equivalente em todas as operações com pessoa jurídica ou exigidas pela legislação, admitido recibo simples apenas nas operações internas que constituam ato cooperativo entre a Cooperativa e o cooperado;

IV, prestação de contas oral e visual em cada Assembleia Geral, complementar à prestação de contas formal, demonstrando por atividade quanto entrou, quanto saiu e quanto sobrou.

Art. 25. A intensidade do suporte contábil e administrativo evolui proporcionalmente ao porte da Cooperativa, sem prejuízo da obrigatoriedade de escrituração regular desde o início de que trata o art.

24:

I, até o limite de receita bruta anual fixado pela Assembleia Geral e detalhado no Regimento Interno, a Cooperativa pode manter contabilista habilitado em regime de prestação de serviços externa;

II, superado esse limite, ou ao receber recursos de convênio federal ou estadual (o que ocorrer primeiro), a Cooperativa contratará suporte contábil mais intensivo, ou implantará sistema de gestão financeira (ERP), e manterá ao menos 2 (duas) contas bancárias segregadas entre recursos comerciais e recursos de projetos sociais;

III, em nenhuma hipótese a Cooperativa operará sem contabilista habilitado tecnicamente responsável por sua escrituração.

Parágrafo único. Auditoria externa independente somente é obrigatória quando exigida pelo instrumento de captação de recursos públicos.

Art. 26. A Cooperativa constituirá Reserva de Segurança formada por, no mínimo, 10% (dez por cento) das sobras líquidas de cada exercício, destinada exclusivamente a cobrir perdas excepcionais (quebra de safra, mortandade de animais, calamidade climática, crise de mercado). A meta é acumular o equivalente a 3 (três) a 6 (seis) meses de despesas operacionais médias, definida pela Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo único. A utilização da Reserva de Segurança depende de deliberação conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, com ratificação na Assembleia Geral seguinte. Atingida a meta de acumulação prevista no caput, a parcela das sobras líquidas antes destinada à Reserva de Segurança passa a ser destinada ao Fundo de Reserva para Equipamentos de que trata o art. 26-A, ressalvada deliberação em sentido diverso pela Assembleia Geral Ordinária.

Art. 26-A. Fica instituído o Fundo de Reserva para Equipamentos, de natureza estatutária e facultativa, destinado à aquisição progressiva de máquinas, implementos e equipamentos de uso coletivo, formado por:

I, a parcela das sobras líquidas redirecionada nos termos do parágrafo único do art. 26, uma vez atingida a meta da Reserva de Segurança;

II, doações, subvenções ou recursos de projetos especificamente destinados a esse fim.

Parágrafo único. A utilização do Fundo de Reserva para Equipamentos depende de aprovação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, com posterior comunicação à Assembleia Geral, e é aplicada prioritariamente aos bens listados no plano de trabalho anual.

Art. 27. Toda movimentação financeira de valor superior ao patamar fixado pela Assembleia Geral exigirá assinatura conjunta de dois membros da Diretoria Executiva que não sejam parentes até o 2º grau entre si.

CAPÍTULO X, DA IDENTIDADE CULTURAL, CONHECIMENTO TRADICIONAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 28. O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, às variedades crioulas, às raças locais, às práticas de manejo, às técnicas de produção mineral e cerâmica, e às expressões culturais materiais e imateriais do(s) povo(s) constituinte(s) são patrimônio coletivo e inalienável da comunidade, não pertencendo à Cooperativa nem a qualquer de seus membros individualmente.

§1º A Cooperativa age como guardiã e promotora desse patrimônio. Qualquer acesso, uso comercial, licenciamento ou transferência a terceiros (incluindo pesquisadores, empresas e instituições) depende de consentimento livre, prévio e informado da Assembleia Geral, de cadastro no SisGen e de celebração de Acordo Setorial de Repartição de Benefícios, nos termos da Lei nº 13.123/2015 e do Decreto nº 8.772/2016.

§2º É vedada a oferta de qualquer título de propriedade intelectual coletiva, incluindo a Marca Coletiva, a Indicação Geográfica, a Proteção de Cultivar e o conhecimento tradicional registrado nos termos deste Estatuto, como garantia real ou fidejussória de empréstimo, financiamento ou qualquer outra obrigação da Cooperativa ou de terceiros, sendo nula de pleno direito, e inoponível à comunidade, qualquer cláusula contratual em sentido contrário.

Art. 29. A Cooperativa poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral e com oitiva do Conselho Consultivo de Lideranças, requerer ao INPI: Indicação Geográfica (indicação de procedência ou denominação de origem) para produtos agropecuários, minerais e agroturísticos; Marca Coletiva para identificar os produtos dos cooperados no mercado; Proteção de Cultivar para variedades vegetais desenvolvidas pela comunidade; e outros títulos de propriedade industrial pertinentes.

Art. 30. A identidade do povo de origem (nome do povo, aldeia, território, método de produção tradicional) deve constar sempre que possível da embalagem, da etiqueta, do certificado e das comunicações comerciais dos produtos da Cooperativa, como elemento de valorização cultural e diferenciação de mercado.

CAPÍTULO XI, DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 31. São órgãos da Cooperativa: (I) a Assembleia Geral; (II) o Conselho de Administração; (III) a Diretoria Executiva; (IV) o Conselho Fiscal; e (V) o Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais.

Seção I, Da Assembleia Geral

Art. 32. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Cooperativa. Suas deliberações obrigam todos os cooperados, presentes ou não.

Art. 33. A Assembleia Geral Ordinária realiza-se uma vez por ano, nos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício, para: apreciar o relatório de gestão e as contas; deliberar sobre a destinação das sobras ou cobertura de perdas; eleger os órgãos de administração e fiscalização; e tratar de demais assuntos de interesse geral.

Art. 34. A Assembleia Geral Extraordinária convoca-se sempre que necessário e tem competência exclusiva para: reforma do Estatuto; fusão, incorporação ou dissolução; alienação de bens imóveis ou de ativos acima de 10% do patrimônio; aprovação de acordos de acesso a recursos genéticos (art. 28); requerimento de indicações geográficas ou marcas coletivas (art. 29); autorização de atividade minerária no território, se e quando vier a ser legalmente viabilizada nos termos do art. 7º, V, "d"; autorização de parcerias agropecuárias de investimento externo na forma do art. 46-A; e eliminação em grau de recurso.

Art. 35. A convocação é feita pelo Presidente, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 dos cooperados, mediante edital afixado em local visível da comunidade, com antecedência de 10 (dez) dias para a Ordinária e 5 (cinco) dias para a Extraordinária. Quando necessário, os documentos da pauta serão disponibilizados em língua indígena do povo.

Art. 36. A Assembleia instala-se em primeira convocação com 2/3 dos cooperados; em segunda convocação, meia hora depois, com metade mais um; em terceira convocação, mais meia hora depois, com mínimo de 10 (dez) cooperados. Matérias do art. 34 exigem aprovação de 2/3 dos presentes.

Parágrafo único. Para as matérias do art. 34, a instalação em terceira convocação exige a presença mínima de 30% (trinta por cento) do quadro social, não se aplicando, para essas matérias, o mínimo de 10 (dez) cooperados previsto no caput.

Art. 36-A. As Assembleias Gerais e as reuniões dos órgãos sociais podem ser realizadas de forma presencial, semipresencial ou inteiramente digital, nos termos do art. 43-A da Lei nº 5.764/1971 e da regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), assegurados a todo cooperado os direitos de participação, manifestação e voto, ainda que a distância.

Parágrafo primeiro. A convocação indicará expressamente a modalidade da Assembleia e, quando digital ou semipresencial, o meio eletrônico e as instruções de acesso, com antecedência suficiente para que o cooperado sem familiaridade com tecnologia possa buscar apoio da Diretoria Executiva ou de outro cooperado para participar.

Parágrafo segundo. A ata da Assembleia realizada de forma digital ou semipresencial registrará a modalidade adotada e a forma de verificação da identidade e da participação dos cooperados a distância, na forma que o Regimento Interno detalhar.

Art. 37. Cada cooperado tem um voto, independentemente do número de quotas-partes. Voto por procuração é vedado para eleições de órgãos; para as demais matérias, admite-se procuração outorgada a outro cooperado.

Art. 38. As Assembleias serão conduzidas em formato inclusivo: a prestação de contas pode ser feita oralmente com apoio visual, por atividade produtiva (agricultura, pecuária, agroindústria, etc.), garantindo plena compreensão e participação dos cooperados. A ata pode ser lavrada em linguagem direta e lida em voz alta antes de ser assinada.

Seção II, Do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva

Art. 39. O Conselho de Administração é o órgão de gestão estratégica, composto por 3 (três) a 7 (sete) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 4 (quatro) anos, com uma única reeleição consecutiva.

§1º O Conselho de Administração buscará contemplar, em sua composição, cooperados com experiência nas principais atividades da Cooperativa (agricultura, pecuária, beneficiamento, agroturismo, extrativismo mineral e biotecnologia) e de diferentes aldeias ou localidades, inclusive do contexto urbano.

§2º O Conselho de Administração elegerá entre seus membros a Diretoria Executiva, composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Art. 40. Compete ao Conselho de Administração: fixar as políticas e preços de referência para cada atividade produtiva; aprovar o orçamento e o plano de trabalho anual; deliberar sobre admissão e eliminação de cooperados; autorizar contratos e parcerias; gerir o parque de máquinas coletivo; e submeter à Assembleia Geral o relatório de gestão.

Art. 40-A. A Diretoria Executiva pode criar comissões de trabalho e cargos administrativos de apoio à gestão, sob sua supervisão direta, para auxiliar na condução das atividades da Cooperativa, inclusive por meios remotos ou digitais, considerada a dispersão geográfica dos cooperados pelo Estado.

Parágrafo primeiro. Nenhum cargo administrativo remunerado pode ser criado sem prévia previsão e disponibilidade de recurso no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo segundo. As comissões de trabalho têm natureza consultiva e de apoio operacional, não substituindo a competência decisória dos órgãos sociais previstos no art. 31.

Parágrafo terceiro. O prazo de atuação de qualquer comissão não pode exceder o mandato da Diretoria Executiva que a instituiu, cabendo à gestão seguinte decidir sobre sua manutenção, modificação ou extinção.

Parágrafo quarto. Sempre que possível, a composição das comissões buscará refletir a diversidade de povos, aldeias e localidades da Cooperativa, na forma do art. 39, §1º.

Art. 41. É vedada a ocupação simultânea, por cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º grau, de mais de um dos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a), Tesoureiro(a) e membro do Conselho Fiscal. Verificada a incompatibilidade, o cargo de posse mais recente ficará vago em 30 (trinta) dias, assumindo o suplente.

Parágrafo único. A vedação deste artigo estende-se à contratação remunerada, pela Cooperativa, de cônjuge, companheiro ou parente até o 2º grau de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal como prestador de serviço técnico, permitida apenas mediante processo de contratação transparente e público entre os cooperados, com aprovação expressa e fundamentada do Conselho Fiscal e ciência da Assembleia Geral seguinte.

Art. 42. Os mandatos são de 4 (quatro) anos, com uma única reeleição consecutiva. Em cada eleição, ao menos 1/3 dos eleitos para o Conselho de Administração deverá ser composto por cooperados sem mandato nos 2 (dois) ciclos anteriores, garantindo renovação e impedindo a concentração permanente de poder.

Art. 43. Os administradores não respondem pessoalmente pelas obrigações regulares da Cooperativa, mas respondem solidariamente por perdas causadas com dolo ou culpa grave, ou em desconformidade com a lei ou este Estatuto.

Seção III, Do Conselho Fiscal

Art. 44. O Conselho Fiscal, órgão independente de fiscalização, é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) de seus componentes, na forma do art. 56 da Lei nº 5.764/1971. São preferencialmente eleitos cooperados com reputação de honestidade, sendo vedada, ainda, a eleição de quem exerceu cargo de administração nos 2 (dois) anos anteriores.

Parágrafo único. Nenhum cooperado pode exercer cumulativamente cargo nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal, na forma do art. 56, § 2º, da Lei nº 5.764/1971.

Art. 45. Compete ao Conselho Fiscal: fiscalizar a escrituração e as movimentações financeiras ao menos semestralmente; verificar o estado das máquinas e bens coletivos; emitir parecer sobre as contas anuais; autorizar, em conjunto com a Diretoria Executiva, o uso da Reserva de Segurança e do Fundo de Reserva para Equipamentos; receber denúncias dos cooperados; e comunicar à Assembleia Geral irregularidades não sanadas.

CAPÍTULO XII, DAS PARCERIAS COM TERCEIROS E DA PROTEÇÃO TERRITORIAL

Art. 46. A Cooperativa pode firmar parcerias, convênios, contratos de pesquisa e acordos de bioprospecção com órgãos públicos, universidades, institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e entidades privadas, observando sempre:

- I, aprovação pela Assembleia Geral, em linguagem acessível, para parcerias de valor relevante, longa duração ou que envolvam recursos genéticos, conhecimento tradicional, exploração mineral ou atividades de biotecnologia;
- II, cláusula de transparência e prestação de contas do parceiro à Cooperativa;
- III, cláusula de rescisão sem penalidade desproporcional em caso de desvio de finalidade ou ingerência na governança;
- IV, vedação de cláusulas que confirmem a terceiros poder de decisão ou veto sobre os órgãos sociais;
- V, cláusula de retorno de benefícios à comunidade em toda parceria que envolva acesso a recursos genéticos ou conhecimento tradicional, nos termos da Lei nº 13.123/2015.

Art. 46-A. A Cooperativa pode celebrar parcerias agropecuárias de investimento externo, na forma do Sistema Integrado de Cooperação Agropecuária Indígena (SICAI), mediante contrato-quadro em que:

- I, a Cooperativa figura como gestora fiduciária, contratante central e intermediária entre o investidor e os cooperados, nos termos do art. 7º, VII;
- II, o objeto do contrato é exclusivamente o ciclo produtivo determinado (a safra, o lote de animais, a diária de máquina), sendo vedada, em qualquer hipótese, a inclusão da terra, do usufruto ou da posse indígena como objeto, garantia ou contrapartida, na forma do art. 7º, § 2º, e do art. 28, § 2º, deste Estatuto;
- III, a distribuição dos resultados observa cascata contratual (waterfall) que assegure ao conjunto indígena, cooperados da gleba e fundo comunitário somados, participação mínima de 50% (cinquenta por cento) do resultado líquido de cada ciclo;
- IV, os ativos incorporados ao longo da parceria, incluindo máquinas, matrizes e benfeitorias, seguem regra de incorporação progressiva ao patrimônio da Cooperativa, com cláusula de emancipação patrimonial que reduza, ao longo do tempo, a dependência do investimento externo;
- V, a Cooperativa dispõe de direito de assumir a operação (step-in) em caso de inadimplemento ou de conduta do investidor incompatível com este Estatuto;
- VI, a celebração é precedida, sempre que recomendável pela natureza ou escala da parceria, de Termo de Ajustamento de Conduta preventivo com o Ministério Público Federal, a FUNAI e os órgãos ambientais competentes;
- VII, são adotadas salvaguardas tecnológicas e procedimentais de rastreabilidade, monitoramento e auditoria, na forma detalhada pelo Regimento Interno.

§1º Aplicam-se às parcerias de que trata este artigo, cumulativamente, todas as exigências do art. 46 deste Estatuto.

§2º O Regimento Interno detalhará o passo a passo de celebração, execução, monitoramento e extinção das parcerias de que trata este artigo, incluindo o checklist mínimo de cláusulas contratuais e as salvaguardas tecnológicas e procedimentais de proteção recíproca das partes.

§3º Toda parceria de que trata este artigo depende de aprovação prévia da Assembleia Geral, na forma do art. 34, e de oitiva do Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais, na forma do art.

50.

Art. 47. A Cooperativa utilizará sua personalidade jurídica como instrumento ativo de defesa territorial: poderá firmar termos com órgãos ambientais e de fiscalização minerária, notificar extratores não autorizados, ajuizar ações em defesa do território e participar de procedimentos administrativos perante a FUNAI, o DNPM/ANM e o IBAMA.

Art. 48. Conflitos internos que não envolvam eliminação poderão ser submetidos, antes de qualquer medida judicial, à mediação comunitária com a liderança tradicional, valorizando os mecanismos próprios do povo.

Parágrafo único. A mediação de que trata o caput é conduzida por caciques, anciãos e demais lideranças tradicionais, na forma da composição do Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais de que trata o art. 49.

CAPÍTULO XIII, DO CONSELHO CONSULTIVO DE LIDERANÇAS TRADICIONAIS

Art. 49. Fica instituído o Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais, de natureza não deliberativa e sem ônus financeiro, composto por caciques, anciãos e detentores de saber tradicional indicados pela própria comunidade.

Art. 50. O Conselho Consultivo de Lideranças será obrigatoriamente ouvido antes da deliberação da Assembleia Geral nas seguintes matérias: acesso e uso comercial de conhecimento tradicional (art. 28); requerimento de indicações geográficas ou marcas coletivas (art. 29); autorização de atividade minerária no território; parcerias de bioprospecção ou biotecnologia; e atividades de agroturismo que envolvam rituais, narrativas culturais ou locais sagrados.

Parágrafo único. A oitiva do Conselho Consultivo não substitui nem supre a deliberação da Assembleia Geral. A ausência do parecer do Conselho, quando exigível, impede a votação da matéria.

Art. 51. A Cooperativa buscará articulação com o CMDDI (Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande), o Instituto Cacique Enir Terena (ICET) e demais entidades indigenistas de Mato Grosso do Sul, sem delegar a essas entidades competências próprias dos órgãos sociais.

CAPÍTULO XIII-A, DA GOVERNANÇA COMUNITÁRIA DOS POVOS INDÍGENAS

Art. 51-A. Nenhum povo indígena com número mínimo de 3 (três) cooperados poderá ficar sem representação no Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais, garantido o assento de ao menos uma liderança, cacique ou detentor de saber tradicional daquele povo, sempre que atingido esse mínimo.

Art. 51-B. Na composição do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais, a Assembleia Geral buscará observar a diversidade geográfica dos municípios e aldeias de origem dos cooperados, sem prejuízo da liberdade de escolha assegurada pela singularidade de voto de que trata o art. 37.

Art. 51-C. Além das modalidades semipresencial e digital de que trata o art. 36-A, a Assembleia Geral poderá ser realizada de forma itinerante, com local físico do encontro alternando entre as aldeias e comunidades dos cooperados, por decisão do Conselho de Administração ou mediante requerimento de 1/5 dos cooperados.

Art. 51-D. Nenhuma atividade econômica da Cooperativa, qualquer que seja sua natureza, poderá descaracterizar rituais, lugares sagrados, cemitérios indígenas, conhecimentos espirituais ou qualquer outra expressão do patrimônio cultural dos povos que integram a Cooperativa.

Parágrafo único. A vedação deste artigo aplica-se a toda a Cooperativa, e não apenas às atividades de turismo de que trata o art. 15 do Regimento Interno.

Art. 51-E. A Cooperativa poderá desenvolver ações de apoio à Educação Escolar Indígena, incluindo hortas escolares, educação ambiental, formação profissional, educação financeira e difusão do cooperativismo nas escolas das comunidades de seus cooperados.

Art. 51-F. Fica instituído o Programa Permanente de Formação Cooperativista Indígena, custeado prioritariamente pelo FATES de que trata o art. 52, II, deste Estatuto, com cursos e oficinas sobre gestão, empreendedorismo, legislação indígena, elaboração de projetos, comercialização, liderança jovem e protagonismo das mulheres indígenas.

Art. 51-G. A Cooperativa buscará, na composição de seus órgãos de administração e fiscalização, o equilíbrio entre homens e mulheres indígenas, sem prejuízo da liberdade de escolha da Assembleia Geral.

Parágrafo único. O Regimento Interno poderá detalhar metas e mecanismos de incentivo à participação das mulheres indígenas na gestão da Cooperativa, observado o disposto no caput.

Art. 51-H. Fica instituído o Fundo Comunitário referido no art. 46-A, III, deste Estatuto, destinado a apoiar água e saneamento, segurança alimentar, casas de farinha, viveiros, hortas comunitárias, equipamentos agrícolas de uso coletivo e recuperação ambiental das comunidades dos cooperados, além de sua participação na cascata de resultados das parcerias de que trata o art. 46-A.

Parágrafo único. O Regimento Interno disciplinará a forma de acesso das comunidades aos recursos do Fundo Comunitário.

Art. 51-I. A Cooperativa poderá desenvolver ações de adaptação às mudanças climáticas, incluindo recuperação de nascentes, reflorestamento, manejo do fogo e participação em programas de pagamento por serviços ambientais e de créditos de carbono.

Parágrafo único. Nenhuma ação de que trata este artigo, em especial a comercialização de créditos de carbono, será implementada sem prévia decisão da Assembleia Geral e oitiva do Conselho Consultivo de Lideranças Tradicionais, na forma do art. 50.

CAPÍTULO XIV, DOS RESULTADOS E SOBRAS

Art. 52. As sobras líquidas do exercício, após a dedução das despesas e dos prejuízos de exercícios anteriores, serão destinadas pela Assembleia Geral na seguinte ordem mínima:

I, 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva;

II, 5% (cinco por cento) para o FATES (assistência técnica, educacional e social aos cooperados e à comunidade);

III, 10% (dez por cento) para a Reserva de Segurança, enquanto não atingida a meta fixada no art. 26, redirecionados ao Fundo de Reserva para Equipamentos (art. 26-A) uma vez atingida essa meta;

IV, o restante, distribuído aos cooperados estritamente na proporção das operações realizadas com a Cooperativa no exercício, por atividade produtiva, vedada a distribuição proporcional ao capital.

Parágrafo único. É vedada, em qualquer forma ou pretexto, a distribuição de lucros. O resultado pertence aos cooperados na medida em que operaram com a Cooperativa, e à comunidade na medida destinada ao FATES.

Art. 53. As perdas serão cobertas, na ordem: com o Fundo de Reserva; depois, mediante rateio entre os cooperados na proporção das operações do exercício.

CAPÍTULO XV, DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 54. A Cooperativa dissolve-se por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária com aprovação de 2/3 dos cooperados presentes; por redução do quadro a número inferior ao mínimo para composição dos órgãos; ou por paralisação superior a 120 (cento e vinte) dias.

Art. 55. Deliberada a dissolução, a Assembleia elegerá liquidante e Conselho Fiscal para o período.

Art. 56. O patrimônio remanescente, incluindo máquinas, equipamentos de biotecnologia, sementes crioulas, registros de propriedade intelectual e demais ativos, após o pagamento do passivo e a restituição do capital integralizado, será destinado a outra cooperativa indígena ou, na sua falta, a entidade indígena sem fins lucrativos do(s) povo(s) constituinte(s). É vedada a apropriação individual de qualquer parcela do patrimônio residual, em especial do banco de germoplasma, das variedades crioulas e dos títulos de indicação geográfica, que pertencem à comunidade.

CAPÍTULO XVI, DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57. Este Estatuto pode ser alterado por Assembleia Geral Extraordinária, com aprovação de 2/3 dos presentes.

Art. 58. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, com base na Lei nº 5.764/1971, no Código Civil, na legislação indigenista e nos princípios do cooperativismo.

Disposições Transitórias

Art. 59. No prazo de 90 (noventa) dias da constituição, a Diretoria Executiva submeterá à Assembleia Geral: o Regimento Interno em linguagem simples, com glossário de termos cooperativos e, quando possível, com versão em língua indígena do povo; o modelo de escrituração financeira por atividade produtiva; e o plano de capacitação técnica para o primeiro ano.

Parágrafo único. No mesmo prazo, a Diretoria Executiva submeterá à Assembleia Geral documento de projeto âncora, identificando a atividade ou cadeia produtiva prioritária para os primeiros 24 (vinte e quatro) meses de funcionamento, a área de produção envolvida e os parceiros institucionais já identificados, como instrumento de foco operacional e de captação de recursos, sem prejuízo da amplitude do objeto social definido no art. 7º.

Art. 59-A. O regime de destinação das sobras líquidas e de constituição dos fundos obrigatórios previsto no art. 52 vigora desde a aprovação deste Estatuto e disciplina integralmente a matéria de que trata o art. 21, IV, da Lei nº 5.764/1971, sendo dispensável qualquer disposição adicional para fins de registro perante a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS). Sem prejuízo de sua vigência imediata, a Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, no prazo de até 6 (seis) meses contados do registro da Cooperativa, deliberará sobre a ratificação da redação vigente do art. 52 ou sua eventual reforma, inclusive quanto à forma de remuneração dos administradores, observados o quórum e o procedimento do art. 57.

Art. 59-B. Enquanto a Cooperativa não gerar receita operacional regular, inclusive no período anterior à primeira comercialização relevante ou à primeira parceria de que trata o art. 46-A, a escrituração contábil regular e os demais custos mínimos de funcionamento de que trata o art. 24 serão custeados, nesta ordem de prioridade: (I) por convênio, apoio técnico ou capacitação obtidos junto à OCEMS, ao SESCOOP/MS ou a instituições parceiras; (II) por doação, subvenção ou recurso de projeto especificamente destinado a esse fim; e (III), subsidiariamente, por contribuição extraordinária dos cooperados fundadores, aprovada pela Assembleia Geral, distinta e adicional à quota-parte de capital de que trata o art. 21-A.

Parágrafo único. A contribuição extraordinária de que trata o inciso III do caput é restituível na forma que a Assembleia Geral fixar, não se incorpora ao capital social e não gera direito a quotas-partes adicionais nem a distribuição de sobras diferenciada.

Art. 60. A Cooperativa registrar-se-á na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS) (preferencialmente por meio do portal eletrônico de integração de registro (REDESIM/Simplifica-MS ou equivalente), com uso de assinatura eletrônica avançada gov.br pelos cooperados fundadores sempre que disponível), na Receita Federal (CNPJ), na Organização das Cooperativas de Mato Grosso do Sul (OCEMS/Sistema OCB-MS), na Agência Nacional de Mineração (ANM) apenas se e quando vier a exercer atividade regular de extração mineral em conformidade com o art. 7º, V, e no SisGen do Ministério do Meio Ambiente quando acessar recursos genéticos ou conhecimento tradicional.

Parágrafo único. Recomenda-se buscar aproximação com a OCEMS e com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/MS) já na fase de planejamento da constituição, para orientação técnica, apoio ao processo de registro e acesso a capacitação, tal como fizeram outras cooperativas indígenas brasileiras.

Art. 61. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação em Assembleia Geral Constitutiva.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 2026.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral Constitutiva

Secretário(a) da Mesa

Advogado(a), OAB/MS nº ____

Consultor Indígena Responsável

CUIDAR DA TERRA É CELEBRAR A VIDA!

COOPEIMASUL · Gestão Lisio Lili

Elaboração: Instituto Cacique Enir Terena (ICET) e VERTTI Consultoria